

02/08/2016 - 05:00

Cai a participação de bancos públicos no mercado de crédito

Por

Sem a possibilidade de receber as antes fartas injeções de capital do Tesouro e com resultados decrescentes, os bancos públicos tiveram que frear a concessão de empréstimos pela primeira vez em anos. Alguns planejam até reter dividendos e vender ativos para bancar novas concessões.

Desde a segunda metade da década passada, os bancos públicos vinham sendo acionados pelo governo do PT para estimular a economia. Ampliar a oferta de recursos foi uma das respostas do então presidente Lula à crise internacional, em 2008, levando o crédito a saltar 30,7%. Em 2012, a presidente Dilma Rousseff também recorreu aos bancos públicos para ampliar a oferta de recursos e aumentar a concorrência com o objetivo de causar a queda dos juros e também ativar a economia. Durante todo o primeiro mandato da presidente, o crescimento médio anual do crédito foi de 24%. Com isso, os bancos públicos passaram a dominar mais da metade do mercado.

O freio começou a ser acionado já em 2015, na gestão de Joaquim Levy na Fazenda, que revisou programas e reduziu subsídios, já sob o impacto da crise fiscal. Como os bancos privados também estavam se adequando ao quadro de economia em recessão, a perda de espaço dos públicos ainda não era visível, o que só aconteceu neste ano. Em junho, pela primeira vez há muito tempo, os bancos públicos perderam espaço e sua participação no crédito diminuiu, ainda que marginalmente, para 56,6% do total, em comparação com 56,7% em maio.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa puxaram a redução da fatia dos bancos públicos no crédito. A contração da carteira do BNDES foi de 7% no semestre, de acordo com dados do Banco Central (BC), para o menor patamar desde o começo de 2015, como reflexo da retração econômica e da Operação Lava-Jato, que tirou de cena grandes tomadores de crédito. O próprio BNDES informou que os desembolsos para empréstimos já aprovados caíram 42% em termos nominais no primeiro semestre na comparação com igual período de 2015, para R\$ 40,12 bilhões, mas as aprovações de novas operações e as consultas estão estáveis.

Dados obtidos pelo **Valor** mostram que a Caixa desembolsou R\$ 4,5 bilhões para o financiamento habitacional de janeiro a maio com recursos da poupança, número que significa uma queda de 72% em comparação com igual período do ano passado. Com esse fraco desempenho, a Caixa reduziu sua fatia do mercado de 43,8% para 25,7% entre 2015 e este ano. Os bancos privados também diminuíram o financiamento habitacional, com menos intensidade, porém, e ganharam espaço. No mês passado, a Caixa ampliou o valor dos imóveis a serem financiados e o percentual coberto, buscando assim ampliar o leque de atuação para recuperar espaço no mercado.

No primeiro semestre, os desembolsos de financiamento habitacional com recursos da poupança caíram 49,5%, informa a Abecip, afetados pela demanda menor e pelos resgates na caderneta, que somaram R\$ 42,6 bilhões líquidos. Junho mostrou recuperação, com o aumento de 9,5% dos financiamentos com a poupança, e a expectativa da Abecip é reduzir a queda até o fim do ano para 34%, com desembolsos de R\$ 50 bilhões, abaixo dos R\$ 60 bilhões previstos inicialmente. Com essa situação, espera-se que o número de unidades habitacionais financiadas neste ano retorne ao patamar de 2009. De janeiro a junho, foram 445 mil unidades, com predomínio das bancadas com recursos do FGTS (77%), que são as de perfil popular, que estão no patamar mais alto da história. As vendas de imóveis caíram 14,7% de janeiro a maio, em comparação com o mesmo período do ano passado, mas os lançamentos aumentaram 24,7%, o que sinaliza a expectativa de reação do mercado.

O crédito deve esboçar alguma recuperação nos próximos meses, depois de ter registrado o pior primeiro semestre desde 2007 e recuo de 2,8% em comparação com igual período de 2015, para R\$ 3,13 trilhões. Mas a expectativa de aumento do desemprego limita maior otimismo. A expansão deve ser impulsionada pela renegociação de dívidas, tendência em que os bancos privados devem sair na frente. As restrições fiscais continuarão presentes e devem limitar o crédito direcionado, o que também tende a conter a atuação dos bancos públicos, dando um perfil mais equilibrado e sustentável. Resta a tímida tendência de queda da taxa de juros e dos spreads registrada em junho ganhar fôlego.